

Artigo

Chefão da Veja mostrou que tem lado

Na semana passada, durante o MaxiMídia – Fórum Internacional de Marketing e Comunicação, em São Paulo, o presidente do Conselho da Editora Abril, Roberto Civita, defendeu abertamente o ativismo político dos meios de comunicação e elogiou o Estadão, que manifestou seu apoio ao demotucano José Serra em editorial. Segundo reportagem do Portal Imprensa, no painel “Papo de CEO”, o capo da família Civita confessou o que só os ingênuos não sabiam:

“O jornal [Estadão], assim como a maioria da imprensa, tem seguido durante toda a cobertura das eleições a premissa de que José Serra tem melhores condições que Dilma para assumir a presidência do Brasil”. O chefe da Abril, que edita a Veja, afirmou que “considera mais difícil os meios de comunicação assumirem uma cobertura neutra sobre a política no País. Civita também defendeu no encontro a liberdade de imprensa e criticou qualquer autorregulamentação por parte dos veículos. ‘Cada empresa deve se regulamentar’, concluiu”, relata o Portal.

O promísco “ativismo político” – A confissão de Roberto Civita deveria servir de puxão de orelha para muitas pessoas – inclusive “inocentes” – que ainda acreditam numa pretensa neutralidade da mídia. A revista Veja, “assim como a maioria da imprensa”, tem lado. Defende, aberta ou sutilmente, interesses políticos e econômicos de classe da elite burguesa. Na disputa presidencial em curso, ela aposta todas as suas fichas em José Serra, sem qualquer escrúpulo ou imparcialidade.

No caso da Veja, seu “ativismo político” ocorre inclusive por motivos comerciais bem sinistros. Os tucanos mantêm uma relação promíscua, que cheira corrupção, com a família Civita. Uma simples Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) poderia até levar ao fechamento desta editora, por suas relações patrimonialistas que sugam os cofres públicos.

Negócios de R\$ 34,7 milhões – Somente com as aquisições de quatro publicações “pedagógicas” e mais as assinaturas da Veja, o governo tucano de José Serra transferiu, dos cofres públicos para as contas do Grupo Civita, R\$ 34.704.472,52 (34 milhões, 704 mil, 472 reais e 52 centavos). A maracutaia é tão descarada que o Ministério Público Estadual já acolheu representação do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) e abriu o inquérito civil número 249 para apurar irregularidades no contrato firmado entre o governo paulista e a Editora Abril na compra de 220 mil assinaturas da revista Nova Escola.

Esta “comprinha” representa quase 25% da tiragem total da revista Nova Escola e injetou R\$ 3,7 milhões aos cofres do ‘barão da mídia’ Victor Civita. Mas este não é o único caso de privilégio ao Grupo Abril. O tucano Serra também apresentou proposta curricular que obriga a inclusão no ensino médio de aulas baseadas nas edições encalhadas do ‘Guia do Estudante’, outra publicação do grupo. Como observou o deputado Ivan Valente, “cada vez mais, a Editora ocupa espaço nas escolas de São Paulo”.

Altamiro Borges – Jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB

CAMPANHA NACIONAL 2010

Bancários assinam CCT que consolida conquistas da greve

Foto: Roberto Parizotti/Contraf-CUT



Contraf-CUT, seus entidades filiadas assinaram com a Fenaban no dia 20/10, em São Paulo, a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 (pág. 3)

Centrais Sindicais protestaram contra retrocesso e privatizações

Os trabalhadores das empresas estatais ocuparam as ruas dia 21/10, em Brasília e Rio de Janeiro (pág. 2)

Caixa Federal vai pagar PLR dia 29/10

O banco pagará a regra básica, parcela adicional e meta da PLR social (pág. 4)

Banco do Brasil assina Acordo e libera PLR

A assinatura do Acordo aconteceu dia 18/10, em Brasília (pág. 5)

BNB: assembleia sobre Licença-Prêmio nesta segunda-feira

Reunião visa discutir acordo para o restabelecimento da LP para os admitidos até jan/97 (pág. 6)

Sindicato reivindica isonomia de tratamento para grevistas do BNB

Drawlio Joca



No último dia 20/10, o Sindicato dos Bancários do Ceará, através dos seus diretores Tomaz de Aquino e Pedro Moreira, esteve reunido com o presidente do BNB, Roberto Smith, para reivindicar que o Banco dispense o mesmo tratamento de compensação dos dias parados para todos os grevistas. Tomaz de Aquino reiterou a defesa do princípio do abono integral das faltas. O presidente do BNB disse que vai levar a reivindicação para apreciação da diretoria do Banco (pág. 6)

CENTRAIS SINDICAIS

Trabalhadores protestaram contra retrocesso e privatizações

Diante dos dois projetos que estão em disputa nessas eleições, os trabalhadores e as trabalhadoras das empresas estatais de todo o Brasil somaram forças à CUT e demais centrais sindicais e aos representantes dos movimentos sociais para ocupar as ruas na quinta-feira, dia 21/10. As mobilizações ocorreram em Brasília e no Rio de Janeiro. Na capital federal, a partir das 12h, diante da agência central do Banco do Brasil (Praça do Cebolão), os manifestantes promoveram um abraço simbólico aos bancos públicos que ajudaram a financiar o desenvolvimento do País.

Já no Rio de Janeiro, às 15h, uma passeata partiu da Candelária e seguiu até a Avenida Rio Branco, sede da Petrobrás, onde também houve um abraço simbólico à empresa como forma de demonstrar a resistência popular contra a tentativa de retorno do projeto de venda das estatais.

“Temos consciência do que representou para o povo brasileiro o programa de privatizações e desmonte do Estado promovido pelo governo FHC/Serra do PSDB e DEM”, ressalta o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes. “Não podemos permitir o retorno dessas ameaças ao nosso país. Este ato é para reforçar a nossa luta em defesa do Brasil, da soberania nacional sobre os nossos recursos naturais e em prol do povo brasileiro”, declara.

Querem vender a Petrobrás – David Zylberstajn, assessor do candidato José Serra e responsável pelas propostas dos tucanos



para o setor de energia, defende explicitamente o regime privatista de concessão dos blocos de petróleo e gás. Ele declarou recentemente que a aliança de PSDB e DEM não manterá a Petrobrás como operadora única do pré-sal e criticou o aumento da participação do Estado na empresa. Zylberstajn presidiu a ANP (Agência Nacional do Petróleo) no governo de Serra e Fernando Henrique Cardoso e foi um dos mais ferrenhos defensores da privatização da Petrobrás.

O prejuízo que as privatizações já causaram – Durante o governo de FHC foram vendidas empresas como Vale do Rio Doce, Embratel, Usiminas 1,94 bilhão, Açominas, Cosipa e Embraer. E mesmo aquelas que não foram vendidas, acabaram sucateadas, conforme lembra a CUT. “Nossa luta é para que esse patrimônio continue nas

mãos dos brasileiros e permaneça público do ponto de vista de concessão de crédito para agricultura familiar, habitação, entre outros pontos”.

No livro “Brasil Privatizado”, o jornalista Aloysio Biondi aponta que o governo arrecadou com a venda das estatais R\$ 85,2 bilhões. Porém, as contas “escondidas” mostram que há um valor de 87,6 bilhões de reais a ser descontado, levando em consideração as dívidas das estatais privatizadas que devem ser pagas pelos compradores e que o governo assumiu, e o prejuízo com os empréstimos que o governo concedeu aos felizes novos proprietários.

Além disso, há ainda prejuízos incalculáveis como a demissão de milhares de funcionários antes dos leilões para “enxugar” as contas e os lucros que o governo deixou de receber todos os anos e que estavam crescendo.

DICA CULTURAL

Comida cearense é tema de exposição no Dragão do Mar



O Museu de Cultura Cearense (MCC) do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura torna pública a mostra Comida Ceará, que apresenta parte do acervo de pesquisas que vem sendo realizadas pelo MCC há dois anos em torno do Projeto Comida Ceará. A exposição tem curadoria Raul Lody.

A Mostra Comida Ceará leva em conta que o patrimônio de um povo está presente em inúmeros aspectos da cultura. No Ceará, a comida ganha destaque na expressão da diversidade e tradição de cultura do Estado. Dentre a multiplicidade de pratos e técnicas apresentados,

a exposição destaca o “baião-de-dois”, de presença notável nas mais diversas mesas pelo Estado, e a técnica dos tamales de embalar comidas em folhas, que apesar de não ser conhecida no Ceará com esse nome é bastante praticada.

A exposição traz fotos José Albano e Maurício Albano – divididas entre painéis, televisores e projetores –, aproximando o público da riqueza da esfera plural dos sistemas alimentares cearenses, e apresentando as diversas facetas, vivências, olhares, costumes, sabores e saberes da nossa comida.

SERVIÇO

- Mostra Comida Ceará
- Museu Cultura Cearense (MCC) – sala 01
- Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
- De terça a quinta, das 9h às 19h (acesso até 18h30) e de sexta a domingo, das 14h às 21h (com acesso até as 20h30).

RENDIMENTOS

Salário médio pago em setembro é o maior em 8 anos

O rendimento real médio dos trabalhadores ficou em R\$ 1.499,00 em setembro e é o maior desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em março de 2002, segundo pesquisa mensal divulgada pelo órgão nesta quinta-feira (21).

O recorde anterior, conforme informou o órgão, foi registrado em agosto, quando o salário médio ficara em R\$ 1.480,20, número revisado pelo instituto.

O rendimento médio real dos trabalhadores em setembro cresceu 1,3% sobre agosto e 6,2% na comparação anual. Em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores em setembro, na comparação mensal, apresentou aumento.

As variações foram as seguintes: Recife, 1,9%, Salvador, 1,2%, Belo Horizonte, 1,7%, Rio de Janeiro, 2,7%, São Paulo, 0,4%, e Porto Alegre, 1,3%. Sobre o mesmo período do ano passado,

todas as regiões também tiveram alta nos valores: Recife (13,5%), Salvador (5,9%), Belo Horizonte (11,4%), Rio de Janeiro (8,8%), São Paulo (3,1%) e Porto Alegre (7,5%).

DESEMPREGO – A taxa de desemprego ficou em 6,2% em setembro, de acordo com o IBGE. A taxa é a menor, considerando todos os meses, desde março de 2002. O menor resultado antes desse havia sido registrado em agosto deste ano, com taxa de 6,7%. Em setembro do ano passado, a taxa de desocupação havia ficado em 7,7%.

A população ocupada (22,3 milhões de pessoas) registrou crescimento de 0,7% em relação ao mês anterior, agosto, e 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado. A população desocupada (1,5 milhão) caiu 7,5% em relação a agosto e 17,7% no ano. O número de trabalhadores com carteira assinada (10,3 milhões) ficou estável no mês e cresceu 8,6% no ano.

PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA

Entidades de trabalhadores têm acesso à Previdência Complementar

Expandir o acesso de previdência complementar fechada a um público mais amplo. Este é objetivo da Previdência Associativa. Em 2001, foi editada a Lei Complementar nº 109, que estendeu a previdência complementar fechada aos trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa, como os sindicatos, cooperativas, associações, órgãos de classe e outras entidades de caráter classista, profissional e setorial.

Nesse sentido, e em continuidade à reestruturação do modelo previdenciário brasileiro, em 2003, já no governo Lula foram empreendidos grandes esforços administrativos para tirar do papel o direito que a lei conferiu à sociedade.

Nascida do próprio interesse das lideranças e dos trabalhadores organizados, com vistas a buscar melhores benefícios previdenciários, a previdência associativa é uma realidade que, cada vez mais, faz parte do dia a dia do trabalhador

brasileiro. Na medida em que mais e mais entidades de classes criam planos, aumenta ainda mais o número de pessoas com acesso à previdência fechada, a qual, com toda a certeza, é uma das formas mais vantajosas de o trabalhador proteger o seu futuro.

Hoje, a previdência associativa é uma realidade que, cada vez mais, faz parte do dia a dia do trabalhador brasileiro. Na medida em que mais e mais entidades de classes criam planos, aumenta ainda mais o número de pessoas com acesso à previdência fechada, a qual, com toda a certeza, é uma das formas mais vantajosas de o trabalhador proteger o seu futuro.

Por último, cabe destacar que os planos da “Previdência Associativa” podem ser tão ou mais atraentes do que os planos patrocinados, ambos



operados por entidades fechadas de previdência ou fundos de pensão, como são também conhecidos. Apesar de não existir a figura do patrocinador, que tem relevância de peso para o financiamento dos benefícios, o participante da previdência associativa pode contar com contribuições eventuais de terceiros para o custeio do plano, o que, todavia, não se caracteriza como obrigação típica da relação de patrocínio.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: Imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiários: Anderson Lima e Renata de Lima – Diagramação: Normando Ribeiro CE0043DGG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

Contraf-CUT assina convenção coletiva que garante as conquistas da greve

A Contraf-CUT, seus sindicatos e federações filiados e demais entidades sindicais que integram o Comando Nacional dos Bancários assinaram com a Fenaban no dia 20/10, em São Paulo, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2010/2011, consolidando as conquistas da greve nacional.

“Gostaria nesse momento importante de saudar e agradecer a todos os sindicatos pela grande demonstração de unidade e pela capacidade de organizar a maior mobilização da categoria nos últimos anos, que possibilitaram a assinatura desse acordo com conquistas significativas para os bancários de bancos públicos e privados de todo Brasil”, disse Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional, ao assinar a Convenção.

“As conquistas e os avanços importantes foram alcançadas graças à força da nossa categoria, que mostrou um movimento coeso e forte. Agora é continuarmos a mobilização para conquistarmos as reivindicações específicas em mesa permanente”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

ANTECIPAÇÃO DA PLR – O acordo com os bancos prevê o pagamento da antecipação da Participação nos Lucros e Resul-



Foto: Roberto Parizotti/Contraf-CUT

OS PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO DOS BANCÁRIOS

- **PISO SALARIAL** – reajuste de 16,33%, passando a valer R\$ 1.250,00 (representando aumento real 11,54%)
- **REAJUSTE SALARIAL** – 7,5% até R\$ 5.250,00 (representando aumento real de 3,08%). Para bancários do Banco do Brasil e da Caixa Federal o reajuste de 7,5% será para todos os trabalhadores e sem teto.
- **REAJUSTE PARA SALÁRIOS ACIMA DE R\$ 5.250** – R\$ 393,75 fixos ou pelo menos 4,29%, o que for mais vantajoso.
- **PLR** – A regra básica será de 90% do salário mais R\$ 1.100,80, com teto de R\$ 7.181. Caso a distribuição do lucro líquido não atinja 5% com o pagamento da regra básica, esses valores serão aumentados até chegar a 2,2 salários, com teto de R\$ 15.798,20.
- **ADICIONAL À PLR** - Além da regra básica, os bancários receberão um valor adicional à PLR de R\$ 2.400, o que significa aumento de 14,28%, em relação ao pago no ano passado.

tados (PLR) até 10 dias corridos após a assinatura da CCT. O pagamento deverá ser feito, no máximo, até dia 30 de outubro.

Assim, haverá o crédito de 60% da regra básica da PLR que corresponde a 54% do salário

mais R\$ 660,48, com teto de R\$ 4.308,60. Também será paga a primeira parcela do adicional da PLR com a distribuição de 2% do lucro líquido do primeiro semestre, podendo chegar a R\$ 1.200,00 para cada bancário.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Bancários e vigilantes arrancam canal na Febraban para denunciar insegurança

Na quinta mediação promovida pela Procuradoria-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT) no dia 19/10, em Brasília, a Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) obtiveram o compromisso da Febraban de implementar um canal de comunicação para receber denúncias de irregularidades sobre transporte de valores feito por bancários, local indevido de estacionamento de carro-forte, abastecimento inseguro de caixas eletrônicos e demais problemas de segurança nos estabelecimentos financeiros.

As denúncias já podem ser remetidas pelos sindicatos e federações de bancários para a Contraf-CUT e pelas entidades sindicais dos vigilantes para a CNTV, que farão o envio para a Febraban, que, por sua vez, fará o encaminhamento para a instituição financeira. A resposta será apresentada pela Febraban no prazo de cinco dias úteis à entidade demandante (Contraf-CUT e CNTV), conforme registro na ata da reunião.

Na mediação, a Contraf-CUT voltou a cobrar a necessidade de estabelecer um instrumento entre as partes, onde os bancos se comprometam que o transporte de valores não pode ser efetuado por bancários. A Febraban informou que vem orientando os bancos nesse sentido, nos termos da lei. Ademir lembrou que, ainda na última reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP),

ocorrida em setembro, um grande banco privado foi multado em 20 processos movidos pela Polícia Federal em diversos estados do País por causa dessa prática ilegal.

Em relação ao abastecimento de caixas eletrônicos, os trabalhadores defenderam o fim da contagem e do manuseio de numerário, através do processo da troca de cassetes. A Febraban não aceitou, alegando que os dois modelos em uso (troca de cassetes e troca total da carga) estão conformes a legislação vigente. Os bancos reiteraram “ser inviável se comprometer, haja vista a complexidade e a magnitude que envolve a troca integral de equipamentos”.

Quanto à definição de estacionamentos de carros-fortes, “a Febraban ficou de buscar, juntamente com a Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV), soluções mais seguras para a operação de embarque e desembarque de valores, inclusive no que concerne aos locais de parada dos carros-fortes”.

Ao final da reunião, as partes ficaram de estudar o melhor instrumento para formalizar os compromissos assumidos no MPT, devendo ser definido na próxima reunião agendada para o dia 10/12 às 14h, em Brasília. O Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, Ricardo Brito Pereira, que presidiu a mediação, se comprometeu em encaminhar minuta das cláusulas a serem firmadas para a análise das partes.

CENSURA

Coligação do PSDB pede e TSE suspende circulação da Revista do Brasil



A Revista do Brasil sofreu mais uma investida do PSDB. Por solicitação dos tucanos, o ministro Joelson Dias, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pediu, na madrugada de segunda-feira, dia 18/10, a suspensão de circulação da edição 52 da Revista do Brasil, de outubro. A ação foi atendida em parte. Suspende também a circulação do Jornal da CUT, ano 3, nº 28, mas nega outros três pedidos.

Os advogados tucanos queriam silenciar o Blog do Artur Henrique (<http://arturcut.wordpress.com/>), presidente da CUT, a busca e apreensão do material mencionado e, ainda, que a questão tramitasse em segredo de Justiça. Ou seja, nenhuma informação sobre o processo poderia ser divulgada.

Em nota no site Rede Brasil Atual, a direção da revista afirma que o gesto demonstra que o PSDB “queria esconder da opinião pública a tentativa de censurar a revista” e de “indispor o Judiciário contra o direito às liberdades de imprensa e de expressão”.

E completa: “diferentemente de panfletos apócrifos destinados a difundir terrorismo, desinformação e baixarias das mais diversas – sejam eles de papel, eletrônicos, digitais ou virtuais –, a Revista do Brasil tem endereço, CNPJ, núcleo editorial e profissionais responsáveis. Nem

a transparência do veículo, ao expor sua opinião de forma tão clara quanto rara na imprensa brasileira, nem o jornalismo independente e plural que pratica – patrimônio dos trabalhadores aos quais se destina – merecem ser alvo de qualquer forma de cerceamento”.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

– A edição 52 da Revista do Brasil traz, à capa, uma foto da candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff (PT), e reportagem analisando as circunstâncias da disputa do segundo turno. Traz também matérias sobre como prática do assédio moral tem levado pessoas à depressão e em muitos casos ao desejo de morrer.

A edição ainda aborda o papel do Brasil na conferência de biodiversidade que acontece este mês no Japão; relatos emocionantes de brasileiros que sobreviveram às bombas de Hiroshima e Nagasaki; uma entrevista especial com o compositor Paulo César Pinheiro, entre outras pautas que são a marca do perfil editorial da revista.

Diante da decisão do TSE, os diretores responsáveis pela Revista do Brasil distribuíram nota à imprensa, onde explicam o projeto da publicação, rebatem as críticas dos setores conservadores da sociedade e defendem o mesmo direito à liberdade de expressão.

PREVI

Negociações sobre superávit ainda continuam sem avanços

A Contraf-CUT, os dirigentes eleitos da Previ e outras entidades do funcionalismo do Banco do Brasil mantiveram nova reunião com a direção do BB no dia 18/10, para discutir a destinação do superávit do Plano 1 do fundo de pensão. As negociações não avançaram e, antes que seja marcada nova rodada, será realizada reunião conjunta nesta semana com a Superintendência da Previdência Complementar (Previc).

Os associados da ativa e aposentados da Previ foram representados pelos dirigentes e conselheiros deliberativos eleitos do fundo, pela Contraf-CUT, Comissão de Empresa, Anabb, AAFBB, Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do BB, AFABB-SP e AFABB-RS.

A diretoria de Seguridade da

Previ apresentou cálculos dimensionando o valor do superávit do fundo, a Reserva Especial que pode ser utilizada para revisão do plano e os custos de várias das propostas de melhorias de benefícios listadas pelos representantes do funcionalismo.

“As entidades e os dirigentes eleitos reafirmaram sua posição de que a maior parte da reserva especial deve ser revertida em melhoria de benefícios e que é imprescindível, nessa negociação, resolver outras questões pendentes como o fim do voto de minerva, a volta da diretoria de Participações para os associados e a volta dos direitos do Corpo Social”, informa José Ricardo Sasseron, diretor eleito de Seguridade da Previ.

Os representantes do funcionalismo apresentaram ainda proposta de fazer eventuais revisões no plano de benefícios antes de discutir a

destinação do superávit. O Banco do Brasil reafirmou entender que a metade do superávit do Plano 1 deve ser destinada a ele, com base na Resolução 26 do Conselho Gestor da Previdência Complementar (CGPC 26).

“Os representantes dos associados reafirmaram que é necessário buscar alternativas para a solução dessa divergência. Insistem que a maior parte dos recursos disponíveis na Reserva Especial para Revisão de Plano deve ser destinada à melhoria de benefícios para os associados”, afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT.

Será agendada para esta semana reunião conjunta com a Previc para debater o assunto, e nova reunião será agendada com o BB posteriormente.

Caixa paga regra básica, parcela adicional e metade da PLR Social no dia 29/10

A Caixa Econômica Federal anunciou que efetuará o pagamento da antecipação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no próximo dia 29/10. A exemplo do ano passado, a empresa vai creditar agora a regra básica e a parcela adicional da PLR, bem como a metade da PLR Social, conquistada com a unidade e a força da greve nacional deste ano.

REGRA BÁSICA DA PLR

– Cada empregado vai receber a regra básica da PLR, que corresponde a 90% do salário, mais o valor fixo de R\$ 1.100,80, com teto de R\$ 7.181,00 ou limitado a 13% do lucro líquido projetado de 2010, o que ocorrer primeiro. Considerando a projeção do lucro em R\$ 2,550 bilhões, o total de 13% do lucro virá primeiro e será insuficiente para a aplicação integral da regra básica. Desta forma, nos moldes do ano passado, será usado um redutor de 35%, garantindo a distribuição de 13% do lucro.

Assim, cada empregado terá um crédito de 90% da remuneração-base mais a parcela de R\$ 1.100,80, deduzindo-se do total apurado o redutor de 35%. O teto também terá o efeito desse redutor.

PARCELA ADICIONAL DA PLR – Conforme a fórmula aprovada, também será paga a parcela adicional da PLR que corresponde a 2% do lucro líquido, dividido pelo número total de empregados, em partes iguais, até o limite individual de R\$ 2.400,00. Diante da projeção do lucro de 2010, cada empregado



EXEMPLO DE CÁLCULO DA ANTECIPAÇÃO DA PLR

Empregado com remuneração-base de R\$ 2.500,00:

- regra básica da PLR: R\$ 2.250 + R\$ 1.100,80 = R\$ 3.350,80
- redutor de 35%: R\$ 1.172,78
- valor a receber: R\$ 2.172,02
- parcela adicional da PLR: R\$ 620,00
- metade da PLR Social: R\$ 620,00
- valor total a receber: R\$ 3.418,02

vai receber aproximadamente R\$ 620,00.

PLR SOCIAL – De acordo com a nova conquista, a Caixa vai distribuir 4% do lucro líquido a título de PLR Social, também dividido pelo número total de empregados, em partes iguais. Considerando que agora será paga a metade da PLR Social e diante da projeção do lucro de 2010, cada empregado vai receber aproximadamente R\$ 620,00.

AVALIAÇÃO – Tradicionalmente, a Caixa projeta o lucro do segundo semestre de forma muito conservadora, como ocorreu no ano passado, sendo que no fechamento do balanço os valores apurados são significativamente maiores. Caso isso aconteça novamente, a Caixa pagará em março de 2011 as diferenças da regra básica, parcela adicional e a outra metade da PLR Social devidamente recalculada.

DIEESE

Estudo mostra que 13º salário injetará R\$ 102 bilhões na economia

Até dezembro de 2010 devem ser injetados na economia brasileira cerca de R\$ 102 bilhões em decorrência do pagamento do 13º salário, segundo estudo divulgado na quinta-feira, 21/10, pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Somente o 13º dos bancários representará R\$ 2,05 bilhões, um aumento de 9,56% em relação ao ano passado. O montante de R\$ 102 bilhões representa aproximadamente 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País e engloba os trabalhadores do mercado formal, inclusive os empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social, aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados - o que representa cerca de 74 milhões de brasileiros.

No caso da Rais, o Dieese considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, nos setores público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de

2009 e o saldo do Caged do ano de 2010 (até agosto). Da Pnad, foi utilizado o contingente estimado de empregados domésticos com registro em carteira. Foram considerados ainda os beneficiários - aposentados e pensionistas - que, em agosto de 2010, recebiam seus proventos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os aposentados e pensionistas pelo regime próprio da União e dos Estados. Com relação aos valores para a estimativa do montante a ser pago aos beneficiários do INSS foi usado o total referente a setembro deste ano. Para os assalariados, o rendimento foi atualizado pela variação estimada do INPC médio de 2010 (até setembro) ante a igual período de 2009.

Não é considerado, por este estudo, o adiantamento da primeira parcela do 13º salário ao longo do ano, uma vez que funcionários de muitas empresas recebem parcialmente o pagamento do 13º no momento em que tiram férias. Não são contabilizados, ainda, os ca-

sos de categorias que o recebem antecipadamente por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Da mesma forma, o montante recebido pelos beneficiários do INSS é considerado pelo montante total, não levando em consideração, portanto, a primeira parcela já paga em agosto. Dessa forma, os dados apresentados constituem uma projeção do volume total que entra na economia ao longo do ano, e não necessariamente nos dois últimos meses. Mesmo assim, estima-se que a maior parte, cerca de 70% do total dos valores referentes ao 13º, seja paga no final do ano.

A PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS – Dos cerca de 74 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, aproximadamente 28,6 milhões, ou 38,6% do total, são aposentados ou pensionistas da Previdência Social.

JUSTIÇA

TST já garante estabilidade de trabalhador que sofre doença grave

A Justiça do Trabalho tem garantido a estabilidade de trabalhadores com doenças graves como câncer, diabetes, depressão, alcoolismo e doença cardíaca, um benefício que antes era conquistado apenas por portadores do vírus da Aids. As informações são do jornal Valor Econômico.

A matéria, publicada na edição do dia 20/10, cita o caso de um funcionário do Bradesco, portador de doença cardíaca, que conseguiu junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) ser reintegrado ao emprego, além de obter do banco indenização de R\$ 55 mil por danos morais. O trabalhador conseguiu provar que sua demissão se deu em função da saúde frágil.

De acordo com o relator do recurso na 1ª Turma do TST, ministro Vieira de Mello Filho, a dispensa do funcionário foi "arbitrária e discriminatória". Ele observou que apesar de não existir legislação que assegure a permanência do portador de cardiopatia grave, o direito de demitir

do empregador encontra limites quando desrespeita valores sociais do trabalho e a dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição.

O jornal cita ainda o caso de um funcionário da empresa Remac Transportes, portador de câncer na faringe. A 6ª Turma do TST decidiu pela manutenção do trabalhador no emprego por entender que a demissão foi "discriminatória" e "arbitrária" já que, segundo o texto da decisão, "não se pode causar prejuízo máximo a um empregado (dispensa do emprego) em face de sua circunstancial debilidade física causada pela grave doença". Os ministros também determinaram que a empresa arcasse com todos os salários vencidos entre o período da demissão e o da reintegração.

Em outro caso, a 1ª Turma do TST determinou a reintegração de um funcionário da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), atual América Latina Logística do Brasil (ALL), que contraiu doença de chagas e foi demitido.

o

u

ç

a

:

RÁDIO UNIVERSITÁRIA

107.9 FM

7:30 DA MANHÃ

UM PROGRAMA DO

Sindicato dos Bancários do Ceará

IMPRENSA

Deputados do CE aprovam criação de Conselho de Comunicação Social

A Assembleia Legislativa do estado do Ceará aprovou, na terça-feira (19/10), a criação de um Conselho de Comunicação Social, que terá, entre outras funções, a tarefa de fiscalizar os meios de comunicação locais e efetuar eventuais denúncias de desvio da conduta ética ao Ministério Público. O projeto, de autoria da deputada estadual Rachel Marques (PT), segue agora para sanção do governador Cid Gomes (PSB).

O Conselho será formado por um colegiado misto de 25 membros, sendo sete do poder público e dezoito da sociedade civil, entre representantes dos meios de comunicação, entidades de classe e consumidores. A eleição para o conselho – cujos participantes não serão remunerados – deve acontecer no prazo de um mês e meio após a sanção do governador. Os mandatos terão prazo de dois anos.

A criação do Conselho estava prevista nas resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009 em Brasília (DF).

Além de fiscalizar os meios de comunicação do estado sob diretrizes de conduta ética baseadas na Constituição, na Declaração dos Direitos Humanos e em outros tratados internacionais, o Conselho terá o papel de propor sistemas que possibilitem a democratização da comunicação e também incentivar a distribuição da verba publicitário

estatal considerando a “qualidade e pluralismo” da programação, não apenas índices de audiência.

O regimento interno do órgão deve ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará no prazo de sessenta dias a partir da posse dos seus membros.

Apesar do Conselho integrar a Secretaria da Casa Civil do Estado, o que indica aproximação com o governo, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), Claylson Martins, negou que o órgão tenha qualquer caráter punitivo ou intenção censória, já que as eventuais sanções, segundo ele, dependem do Judiciário. “A ideia não é punir nem censurar, mas ao menos construir normas éticas na atuação do Jornalismo; na produção de conteúdo”, disse.

Para o dirigente, os movimentos sociais, geralmente excluídos da grande imprensa, terão no Conselho um importante mediador. Ademais de sua condição fiscalizadora, o Conselho pretende, ainda, “promover a produção independente e a regionalização da produção cultural, artística e jornalística nos meios de comunicação locais”.

Segundo o presidente do Sindjorce, o líder do governo na Assembleia, deputado Nelson Martins, anunciou apoio ao projeto. Na última quarta-feira, 20/10, o governador Cid Gomes esteve reunido com deputados e representantes da sociedade civil para discutir a sanção do projeto.

Assinado acordo de PLR com o BB e pagamento já foi efetuado

Foto: Agnaldo Azevedo/FotosGuina



A Contraf-CUT e demais entidades sindicais assinaram no dia 18/10, em Brasília, o acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com o Banco do Brasil. Segundo informação do banco, os funcionários receberam o crédito da PLR referente ao primeiro semestre de 2010 já na quinta-feira, dia 21/10.

O acordo prevê que todos os dias de substituição ou exercício parcial da função de Caixa serão considerados no cálculo da PLR. Também foi incluída uma cláusula que garante que nenhum funcionário receberá menos do que valor previsto para a PLR de Escriturário, que neste semestre ficou em R\$ 3.118,08.

“A PLR dos bancários do BB é considerada parâmetro para outros bancos e categorias de trabalhadores, o que valoriza a nossa luta e organização. Mas mesmo assim pretendemos avançar cada vez mais na discussão do modelo. A lucratividade do banco cresce a cada ano e é mais do que justo que haja maior valorização dos trabalhadores”, afirma Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB).

DESCONTO DOS DIAS DE GREVE DE SETEMBRO – A Contraf-CUT questionou o banco sobre a situação dos dias 29 e 30 de setembro, os primeiros da greve nacional da categoria, que aparecem descontados no Espelho de outubro. O banco

CONFIRA OS PARÂMETROS DE PAGAMENTO DA PLR DO BB:	
- NRF Especial	3,0 salários
- NRF 01 e 02	3,0 salários
- NRF 3	2,3 salários
- Primeiros Gestores Rede	1,85 salários
- Primeiros Gestores Demais	1,85 salários
- Demais Gestores Rede	1,57 salários
- Demais Gestores BB	1,57 salários
- Analistas e Assessores NRF 04	1,57 salários
- Gerência Média Rede	1,55 salários
- Demais Gerências Médias	1,55 salários
- Analistas e Assessores NRF 05 e 06	1,50 salários
- Demais Comissionados	1,47 salários
- Escriturários	R\$ 3.118,08
- Caixas Executivos	R\$ 3.434,99

esclareceu que o sistema de pagamento fecha no dia 8 de cada mês, o que ocorreu antes do fechamento de um acordo sobre os dias parados na greve.

Ficou acertado que o BB faria no dia 20, o crédito do valor correspondente aos dois dias parados, juntamente com o pagamento do salário.

CABEC

Candidatos apoiados pelo SEEB/CE são eleitos

A Caixa de Previdência Privada do BEC/Bradesco (CABEC) divulgou no último dia 4/10 o resultado das eleições para os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da caixa.

De acordo com o resultado divulgado pela Comissão Eleitoral foram eleitos para o Conselho Deliberativo os candidatos apoiados pelo Sindicato dos Bancários: Zacarias de Oliveira Castro Neto (efetivo), com 390 votos; em seguida, Erotildes Teixeira, com 371 votos; e para o Conselho Fiscal, o mais votado foi Ivan Sabóia de Sena, com 387 votos, também apoiado pelo Sindicato.

Segundo o membro do Conselho Deliberativo eleito, Erotildes Teixeira, o resultado das eleições da Cabec da posição dos associados/eleitores de determinar a permanência na direção da caixa daqueles que eles consideram seus legítimos representantes, juntamente com as entidades que os apoiam – AFABEC e Sindicato. “Numa demonstração de reconhecimento do trabalho profícuo e atuante desses companheiros, os participantes ativos e assistidos sufragaram com larga maioria os nomes de Zacarias e o

meu, Erotildes, para mais um mandato no Conselho Deliberativo e de Ivan Sabóia de Sena para o Conselho Fiscal da Cabec, em substituição ao valoroso companheiro Robério Ximenes que, pelo Estatuto, não pode repetir o mandato”, explicou ele.

Erotildes destaca ainda dois pontos: um negativo – o intrincado e burocrático processo de votação que, para complicar ainda mais, funcionou precariamente, tendo o prazo de votação precisar ter sido prorrogado por mais um dia. O outro ponto, positivo – o apoio político do Sindicato dos Bancários dado aos três companheiros eleitos e o excelente trabalho assistencial prestado pela AFABEC aos eleitores aposentados e pensionistas diante de um processo eleitoral “do outro mundo”.

No ato de posse que aconteceu no sábado, 18/10, os conselheiros eleitos reconduziram a diretoria administrativa e de Seguridade, senhora Elizabeth, para o mesmo cargo.

O conselheiro Erotildes, em nome dos demais eleitos, agradece a todos os eleitores e entidades representativas pelo empenho e confiança neles depositados e prometem honrar com dignidade e trabalho mais esse mandato.



Zacarias de Oliveira Castro



Erotildes Teixeira



Ivan Sabóia de Sena

HSBC

Banco pagará antecipação da PLR no próximo dia 27/10

O HSBC anunciou que pagará na quarta-feira desta semana, 27/10, a antecipação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com base no balanço do primeiro semestre. O anúncio foi feito no último dia 21/10, dia seguinte à assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho e do acordo da PLR entre a Contraf-CUT e os bancos. Cada bancário terá o crédito de 60% da regra básica da PLR, o que corresponde a 54% do salário mais o valor fixo de R\$ 660,48 com teto de R\$ 4.308,60. Também será paga a primeira parcela do adicional da PLR, com a distribuição de 2% do lucro líquido do primeiro semestre, que no HSBC representará R\$ 423,87.

“A antecipação da PLR é a concretização de uma conquista da forte greve que a categoria fez em todo o País, mas a luta no HSBC ainda não acabou. Além da PLR, há diversos outros problemas gravíssimos que os trabalhadores enfrentam, como assédio moral, metas abusivas, falta de reconhecimento, baixos salários, entre outros”, afirma Sérgio Siqueira, diretor da Contraf-CUT e funcionário do banco.

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do HSBC irá agendar nos próximos dias uma reunião para debater o tema e as demais reclamações dos trabalhadores junto ao banco.

O HSBC não irá descontar na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) deste ano os 15% de um valor de referência antecipados em 2009 aos trabalhadores. O banco inglês havia pago a antecipação para amenizar o descontentamento e a desmotivação gerados nos bancários com o não pagamento do programa próprio de remuneração da empresa (PPR/PSV) naquele ano. Esse valor, no entanto, poderá ser descontado junto ao PPR que será pago em fevereiro de 2011. Porém, a Contraf-CUT já encaminhou uma carta à direção da empresa cobrando esclarecimentos sobre o programa e exigindo o não desconto.

PLR – Os trabalhadores dos bancos privados recebem a PLR dez dias após assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 (CCT) com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), assinada na quarta-feira, 20/10.

IBGE

Taxa de desemprego cai em setembro para o menor nível desde 2002

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou em 6,2% em setembro, ante 6,7% em agosto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a menor taxa mensal da série histórica da pesquisa mensal de emprego, iniciada em março de 2002, de acordo com o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo.

O número de ocupados nas seis principais regiões metropolitanas do País somou 22,28 milhões de pessoas em setembro, com aumento de 0,7% ante agosto e alta de 3,5% na comparação com setembro de 2009. Já o número de desocupados somou 1,48 milhão em setembro, com queda de 7,5% ante agosto e recuo de 17,7% ante setembro de 2009.

Segundo Azeredo, o levantamento registrou outro recorde em setembro, mês no qual, pela primeira vez na série histórica, o número de desocupados nas seis regiões ficou abaixo de 1,5 milhão de pessoas, somando 1,48 milhão.

O gerente da pesquisa mensal de emprego do IBGE atribui ao “cenário econômico favorável” o ótimo desempenho do mercado de trabalho metropolitano em setembro. Segundo ele, “a desocupação caiu em função da geração de postos de trabalho, não porque as pessoas desistiram de procurar emprego”. Azeredo destacou que houve um conjunto de dados positivos, com queda na desocupação e aumento da ocupação, da formalidade e do rendimento.

Entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, cinco registraram, em setembro, a menor taxa de desemprego da série histórica



iniciada em março de 2002. A exceção é Recife, cujo recorde foi registrado em março de 2010.

O número de trabalhadores com carteira assinada aumentou 1,0% em setembro ante agosto e subiu 8,6% ante setembro de 2009. Entre setembro do ano passado e igual mês deste ano foram geradas 816 mil vagas formais, enquanto o número total de ocupados, no mesmo período, cresceu em 762 mil pessoas.

“Houve mais geração de vagas com carteira do que postos de trabalho, o que significa que houve formalização de pessoas que trabalhavam sem carteira”, disse.

MÉDIA DE RENDIMENTO

SOBE – O rendimento médio real dos trabalhadores registrou variação positiva de 1,3% em setembro ante agosto e alta de 6,2% na comparação com setembro do ano passado. A massa de rendimento médio real habitual dos trabalhadores chegou a R\$ 33,8 bilhões em setembro, com alta de 2,1% ante agosto e aumento de 10,1% ante setembro de 2009.

Já a massa de rendimento médio real efetivo somou R\$ 33,5 bilhões em agosto, com alta de 2,6% ante julho e aumento de 10,5% ante agosto do ano passado. A renda real efetiva sempre se refere ao mês anterior ao da taxa de desemprego.

Sindicato reivindica ao presidente do BNB tratamento isonômico para os que ficaram em greve após 13/10

O Sindicato dos Bancários do Ceará, através de seus diretores Tomaz de Aquino e Pedro Moreira, esteve reunido na manhã do dia 20/10, com o presidente do BNB, Roberto Smith, para reivindicar tratamento isonômico para os funcionários que continuaram em greve após o dia 13/10, adotando o sistema de compensação das faltas do período de 14 a 18/10, na mesma proporção de 1h trabalhada para compensar 2h de falta.

Na ocasião, Tomaz de Aquino reiterou a defesa do princípio do abono integral das faltas, segundo preceito constitucional, pois os trabalhadores não podem ser penalizados por terem usado seu instrumento de reivindicação mais legítimo, que é a greve. Ressaltou que no caso do BNB a regra de compensação é mais vantajosa



A audiência com o presidente do Banco foi realizada dia 20/10, no Passaré

do que a adotada para os funcionários dos outros bancos, inclusive estatais.

O presidente do BNB recebeu a reivindicação e disse que vai levar para a apreciação da diretoria da instituição e, somente após isso, poderá emitir

posicionamento sobre a questão. Tomaz solicitou que não fossem tomadas quaisquer iniciativas relacionadas ao assunto, tais como, desconto pecuniário e repercussão na vida funcional antes do posicionamento final do Banco sobre o assunto.

CRÉDITO

Santander paga antecipação da PLR e PPRS, diferenças e 13ª cesta na próxima sexta-feira

O Santander anunciou que vai pagar na sexta-feira, dia 29/10, as diferenças salariais da aplicação dos reajustes salariais e da incidência nos tickets refeição e cesta-alimentação referente aos meses de setembro e outubro, além da renda variável do primeiro semestre deste ano. O crédito será feito junto com a antecipação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e do Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS). Também será creditada a 13ª cesta-alimentação.

O anúncio ocorreu no dia em que foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 entre a Contraf-CUT e as entidades sindicais com a Fenaban, em São Paulo. Os bancos têm um prazo

de 10 dias corridos para efetuar a antecipação da PLR.

Os valores que serão creditados ainda não foram divulgados pelo banco espanhol. "Mas o que já está definido pelo Santander é que a PLR será calculada com base no balanço apurado pelas regras internacionais, conforme as entidades sindicais vinham reivindicando nos últimos anos", destaca o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr.

REAJUSTES SALARIAIS –

Conforme a convenção coletiva, os bancos devem corrigir em 7,5% (aumento real de 3,08%) os salários até R\$ 5.250,00, excluindo os anuênios. Esse reajuste deve atingir cerca de 80% dos funcionários. Os vencimentos superiores receberão um valor

fixo de R\$ 393,15 ou a inflação do período de 4,29%, o que for maior. Para o piso de escritório, que sobe para R\$ 1.250,00, e o primeiro comissionado, o reajuste será de 16,33% (aumento real 11,55%). Para os caixas e tesoureiros, incluindo a gratificação de caixa e outras verbas, o reajuste será de 13,82% (aumento real de 9,14%).

Antecipação do PPRS – O acordo aditivo do Santander prevê o pagamento da antecipação de R\$ 540,00 do PPRS. O valor total é de no mínimo R\$ 1.350,00. O PPRS será compensável dos Programas Internos (PPE – Programa Próprio Específico e PPG – Programa Próprio Gestão) quando ocorrer o pagamento da segunda parcela da PLR até março de 2011.

BNB

Assembleia sobre acordo da Licença-Prêmio será dia 25/10

O Sindicato dos Bancários do Ceará realiza dia 25/10, às 19h, em sua sede (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), assembleia para deliberar sobre a proposta de acordo apresentada pelo Banco, visando o restabelecimento da licença-prêmio para os funcionários da ativa que já estavam no Banco até 6 de janeiro de 1997.

A proposta de restabelecimento do benefício da licença-prêmio segue os mesmos padrões do acordo trabalhista realizado ano passado entre o BNB e o SEEB/CE, respeitando o princípio da prescrição de direitos que considera apenas os últimos cinco anos e mantendo o percentual de 55% dos dias devidos para indenização e 10% para gozo.

O acordo, se celebrado entre as partes, com o aval da assembleia, representa mais uma vitória da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT), pois trata-se de antiga reivindicação constante de todas as pautas específicas dos funcionários do BNB desde o ano de 2003.

Para Tomaz de Aquino, coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT, o restabelecimento da LP para to-

dos os funcionários até 06/01/1997 é a reparação, pela atual direção do BNB, de mais uma injustiça praticada pela temerária gestão tucana de Byron Queiroz à frente do Banco.

Segundo Tomaz, sob a administração Roberto Smith, a CNFBNB/Contraf-CUT já restabeleceu para os antigos funcionários os benefícios das folgas, anuênios, auxílio material escolar, promoções e fez acordos em vários passivos trabalhistas, dentre os quais o da URP, no primeiro ano da atual gestão, em 2003.

Tomaz adianta que o próximo desafio da CNFBNB/Contraf-CUT é a criação da licença-prêmio para os novos funcionários, admitidos a partir do ano de 2000, os quais, dentro do princípio de isonomia, foram contemplados, mediante acordo com o Banco, com cinco ausência abonadas por ano, implantação de Plano de Cargos e Remuneração, adiantamento de férias e Plano de Previdência complementar. "Outra meta da CNFBNB/Contraf-CUT é a criação da LP de 35 anos, tendo em vista a nova legislação previdenciária vigente nos Países", concluiu.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará – SEEB-CE, no exercício de suas atribuições [art.91, alínea “a”, do Estatuto Social da entidade], convoca todos os empregados do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB), sócios e não sócios, que mantinham vínculo empregatício com a referida Instituição Financeira até o dia 06 de janeiro de 1997, para a Assembleia Geral Extraordinária que tem por objetivo discutir e deliberar sobre a proposta produzida pelo Banco do Nordeste para o restabelecimento do benefício relativo à licença-prêmio para referidos empregados. O evento realizar-se-á na sede do Sindicato, na Rua 24 de Maio, 1289 – Centro, Fortaleza/CE, dia 25 de outubro de 2010, às 18h30min, em primeira convocação, ou às 19h:00min, em segunda convocação.

Fortaleza-CE, 20 outubro de 2010.
Carlos Eduardo Bezerra Marques
Presidente do SEEB-CE

TOUROS TOQUES

Farmácia Popular

Fraldas geriátricas e nove novos medicamentos passarão a ser vendidos em farmácias com subsídio do governo. Os remédios são para asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose, glaucoma e hipertensão. Os produtos serão disponibilizados no programa Aqui Tem Farmácia Popular, do Ministério da Saúde. O governo subsidia 90% do valor, e o paciente 10%.

Crack

O governo federal vai investir R\$ 4 milhões em pesquisas sobre o crack, uma droga derivada da cocaína que está se transformando em um dos maiores problemas sociais do País. Os estudos deverão contribuir para orientar políticas públicas e promover o desenvolvimento de ações mais eficazes de prevenção e de combate ao crack, além de estimular novas abordagens terapêuticas. Ainda não existem estudos conclusivos a respeito do crack, mas estima-se que o Brasil tenha cerca de um milhão de usuários.

“A redução da desigualdade de renda no País foi a principal característica da década (dos anos 2000). A renda dos 10% mais pobres cresceu 72% em termos reais per capita”

afirmou Marcelo Néri, coordenador de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas

Retrocesso

A intensidade com que assuntos morais figuram na pauta dos candidatos à Presidência da República é um retrocesso, na opinião da imunologista Milena Botelho Pereira Soares, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. “Questões como aborto não deveriam ter espaço na agenda dos candidatos. A cientista, que investiga meios de utilizar células-tronco da medula óssea ou cardíacas no tratamento de males causados ao coração pela Doença de Chagas, não acredita, no entanto, que a onda de conservadorismo prejudique suas pesquisas.

Sobrepeso na menopausa

Estudo do Hospital das Clínicas da USP, indica que 68% das mulheres chegam na menopausa com sobrepeso ou obesidade. O levantamento mostra ainda que 67% têm problemas relacionados aos sistemas vasomotores – a contração e a dilatação dos vasos sanguíneos. A pesquisa constatou que no primeiro atendimento para tratar a menopausa, as mulheres apresentam geralmente hipertensão arterial (44,94%), diabetes (10,01%), e tabagismo (8,39%). O estudo revela que a média etária de ocorrência da menopausa no Brasil é de 48,1 anos.

RUBRICA:	DATA:
<input type="checkbox"/> POSTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> PORTADOR DO SÍNDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> OUTROS	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	

